

Comemorações centenárias e nacionalidade¹

Joaquim Romero Magalhães

As comemorações festivas de efemérides do passado nacional respondem à necessidade de unir as sociedades em torno da sua própria história. Considera-se que cada cidadão é depositário de um patrimônio comum, patrimônio que deve manter-se vivo na memória individual e na memória coletiva. Celebrar é lembrar e reavivar acontecimentos pretéritos que se supõem marcantes para a nossa vida coletiva ao longo dos tempos e que ainda marcam o nosso presente. Neles se buscam exemplos, se anotam virtudes. Foi com a Revolução Francesa e com a laicização crescente do liberalismo que este gosto pelo comemorativo se instalou. Gosto e necessidade de unir as sociedades por interesses comuns. O papel unificador das realzas desaparecerá. Eram agora os povos os sujeitos do seu próprio rumo.

A história tem sido e continuará a ser aquilo de que se alimenta a memória dos povos. Mas o que dessa história se retém, está longe de ser a História dos Historiadores. A memória está sujeita a técnicas de fixação e retenção em que intervêm elementos muito variados, política e ideologicamente escolhidos ou difusamente retidos. Estudar história, divulgar história é, quantas vezes, uma tarefa ingrata perante a resistência do que a memória retém e quer reter. E, no entanto, os que têm a seu cargo a alimentação da memória procuram na história, seletivamente, aquilo que mais lhes convém. Porque o apuramento de fatos, a arquitetura complexa da compreensão do passado não compete à memória, contaminada que está pelos desejos do presente.

A história é sempre chamada quando se trata de alguma celebração ou comemoração de efemérides politicamente escolhidas, culturalmente impostas. Porque, na aparência e à superfície, ela pode dar as respostas pretendidas sobre o nosso presente viver. Como encontrar motivos de orgulho coletivo?

Orgulho que se espera compartilhado pela sociedade no seu conjunto?

Esta pergunta que os homens de poder há muito tempo se fazem. Afastadas as realzas que desempenhavam esse papel de centro de atenções e de referências agregadoras, como conseguir juntar o disperso? O individualismo postulado pelos liberais não afastou a necessidade sentida de agregar em modo de sentir e de agir as comunidades que se querem nacionais. E por fugazes na sua significação, raros são os acontecimentos para que convirja uma larga maioria da opinião pública. E sobre os quais haja consenso quanto aos efeitos positivos na memória das sociedades. Nem sequer quanto a figuras marcantes do passado a convergência de opiniões acontece.

O século XIX entendeu que a história era terreno comum a todos, pelo que as efemérides assinaláveis na vida política dos Estados mereciam ser rememoradas. Até, e sobretudo, como forma de desenvolver a cidadania. Tratava-se de uma escolha que se queria cívica, que se queria com um significado comum e que deveria exercer uma função estimulante para o conjunto dos nacionais. Acontecimentos cuja recordação tocasse a “alma” e os “sentimentos coletivos” dos povos. Que seriam afinal todos os cidadãos.

Propósito de pedagogia cívica antes de mais. Mas que vai sofrer com a incorporação de outros objetivos. Sobretudo porque nele se cruzou a visão nacionalista. E com ela a exaltação dos povos que procuravam sentir-se por uma qualquer imaginária qualidade para serem mais valentes, mais empreendedores, mais esforçados, mais virtuosos do que todos os outros. Distorção que até contaminou a forma de auto-apreciação das nacionalidades e conduziu a extremos de que ainda hoje sofremos os efeitos. Porque eram melhores do que os outros, alguns povos não hesitaram em avançar militarmente. Invasões, conquistas, depredações, desrespeito pelos outros.

Comemorar os feitos históricos do passado era mergulhar na exaltação de valores coletivos que se queriam exemplarmente caracterizadores da comunidade nacional. Valores muitas vezes mitificados, promovendo-se a fatos relevantes meros fenômenos circunstanciais e locais. Devidamente empolados e reapreciados sem espíritos críticos. Mas que havia que alimentar. Por isso, a história foi sempre suscitada para participar na “festa cívica comemorativa” – ou pelo menos para ajudar a alimentá-la com argumentos que se queriam sólidos. A ideologia não se compraz com a visibilidade que resulta de si mesma. Sabe da sua fragilidade. Competia portanto à história abonar a validade

da matéria objeto de júbilo. História-instrumental, assim assumida.

Uma tal visão nacionalista comemorativa esgota-se (ou deveria ter-se esgotado) com o ultra-romantismo finissecular de Oitocentos e não continuar a exercer uma pressão exaltantemente formativa sobre os povos. O que é grave e pode levar a distorções. A dispersão e a variedade informativa não deveriam permitir a manutenção desses e outros ideais de propaganda entre os “combustíveis ideológicos” de utilização comum. Desqualificação que hoje tende a derramar-se sobre uma faceta dos estudos históricos. Porque há que buscar o que de mais fundo há na invenção das nacionalidades, naquilo que leva as comunidades humanas a agregarem-se e a formarem nações. Há que saber qual o alimento ou alimentos das sensibilidades que conduzem a essa interiorizada consciência da diferença que leva à proclamação e à organização política dos Estados.

Esta exacerbação do nacional desponta em Portugal num clima emocional em que a história surge especialmente valorizada. Não apenas a história resultante de pesquisa – e aí o prestígio da obra de Alexandre Herculano estava intocado e inspirava quantos estudavam e escreviam história – mas por todo o lado a história e a memória das grandezas passadas da pátria eram chamadas a apoiar uma verdadeira ânsia de exaltação nacional. Não devemos esquecer que a conjuntura internacional era difícil para um pequeno país como Portugal. O imperialismo europeu estava em fase de crescimento e conduzia à Conferência de Berlim de 1885 e à arbitrária partilha da África, relegando os direitos históricos em favor da demonstração da ocupação efetiva.

Lembremos ainda que a geração de 70 punha a sua tônica pessimista na decadência que observava nos tempos atuais – Antero de Quental escrevera *As causas da decadência dos povos peninsulares* logo em 1871. Depois virá Oliveira Martins a publicar os seus grandes romances históricos de reconstituição do passado com *Os filhos de D. João I* (1891) e *A vida de NuniAlvares* (1892), enquanto Eça de Queirós laboriosamente preparava *A ilustre casa de Ramires*. Será sobremaneira arrasador o efeito conseguido por Guerra Junqueiro ao lançar o tremendo libelo da *Pátria* (1896). Também na música Vianna da Motta escreve e executa a sinfonia *À Pátria* (1895). Anos de grande perturbação nacional, marcados sobretudo desde 1897 pelo tratado de Lourenço Marques e pelo *Ultimatum* inglês de 1890. Pode dizer-se que a sociedade portuguesa, inquieta e insegura, procura na história as amarras para uma continuidade nacional que sente em perigo. A “austera, apagada e vil tristeza” que os intelectuais apontavam tinham correspondência

nas conjunturas econômicas depressivas que especialmente se sentem em torno de 1890. Basta lembrar a crise financeira que leva à bancarrota de 1892, em grande parte provocada pela conjuntura adversa em que ocorre a proclamação da República brasileira. Para fazer frente a estas dificuldades, havia que conseguir a mobilização afetiva dos portugueses. O papel de referência unificadora que fora desempenhado pelo rei, estava posto em causa. Era a própria monarquia que se encontrava já ferida de morte. A história era o recurso que se poderia buscar para um entendimento nacional. Entendimento pela racionalidade e entendimento pelo sentimento de comunidade.

Porque as festas são monumentos especiais de alegria, de socialização e de convívio. Festas públicas, a pretexto de datas de acontecimentos, do nascimento ou da morte de heróis. Que se querem bem vivíveis. Há que aproveitar ou que construir um monumento sólido a assinalar os efeitos heróicos ou os heróis cujas estátuas recebem flores nesses dias festivos. Assinale-se que os primeiros monumentos comemorativos portugueses foram o de Camões, em 1876, e o dos Restauradores, em Lisboa, erigidos de 1875 a 1886 por subscrição pública, especialmente se tendo mostrado generosa a colônia portuguesa do Brasil.

A primeira grande festividade nacional – que viria a marcar todas as que depois se seguiram – foi a do centenário de Camões, em 1880. Passariam 300 anos sobre a morte do épico, cuja data se fixou nesse ano de 1580, havendo embora dúvidas se não teria ocorrido em 1579. Tendo a imprensa como patrocinadora, a Sociedade de Geografia de Lisboa como organizadora, e de certo modo a Academia das Ciências como apoio, a festa do Épico tomou no entanto uma feição fortemente republicana. Camões era tido como um símbolo na resistência à decadência. Decadência cujas culpas agora se apontavam à agonizante monarquia. Mas Camões era também desde o romantismo um símbolo da Pátria de que os monárquicos não podiam fugir. Garrett escrevera o seu poema, Domingos Bontempo escrevera o *Réquiem* à sua memória. De certo modo, o gênio unanimemente reconhecido de Camões obrigava todos os portugueses à sua exaltação. Seria, daí em diante, o grande símbolo nacional. Transformou-se mesmo mais tarde o dia da sua morte, fixado em 10 de junho, em dia nacional, por decisão governamental de 1925. Festa de Portugal logo depois dita Festa da Raça. E por isso estamos aqui hoje. Como se escreveu em tempos, “que a sombra de Camões se erga e nos inspire!” Basta lembrar que desde 1963 passou a ser o dia em que se entregavam as condecorações militares e, a partir de 1966, também as civis. Desde

1976 celebramos o Dia de Portugal, de Camões e também dia das Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo.

O centenário de Camões em 1880 marcou um começo, não apenas de uma necessidade coletiva e de gosto, mas também determinou as formas que as comemorações posteriores iam apresentar. Festas públicas, em que haveria um cortejo cívico, em que se executariam hinos compostos para o efeito, em que se fariam sessões solenes, em que se publicariam livros expressamente escritos para o efeito. O papel das escolas e da educação não ficava esquecido. As crianças tomavam parte nas romagens aos monumentos, eram participantes de atos que se queriam prenhes de futuro. Editavam-se *Os Lusíadas* em volumes baratos que todos deviam ler e conhecer.

O êxito do Centenário de Camões levou a que alguns outros centenários logo em seguida fossem também celebrados. Aconteceu com o centenário da morte do Marquês de Pombal em 1882, em que o grande estadista foi pretexto para o republicanismo anti-clerical se manifestar, enquanto que os meios intelectuais se preocupavam em seguida com o descobrimento da América por Cristóvão Colombo, em 1892, e os meios oficiais com o quarto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, em 1894. Frustrava-se depois o centenário de Santo António, em 1895, com que os meios católicos quiseram responder aos republicanos, sem terem sido capazes de organizar a celebração. Maior sucesso teve o Centenário da Índia, em 1897-1898. Deste nos ficaram não poucas publicações, porque os aspectos editoriais depressa se vieram juntar às festividades populares. Por razões complexas, quase não se deu pelo quarto centenário do descobrimento do Brasil em 1900. Para 1915, duplo centenário, da conquista de Ceuta e de Afonso de Albuquerque, preparou-se um programa ambicioso, a tempo. Queria-se então “promover a homenagem do povo português aos seus valorosos antepassados e aos efeitos que tanto brilham na sua história pátria”. Todavia a guerra que estalou na Europa em 1914 impediu a sua concretização. Novamente Camões e agora Vasco da Gama, voltam a ser assinalados em 1924. Ano do quarto centenário da morte do navegador, presumível quarto centenário do nascimento do poeta não se sabe aonde. Iniciativa que quanto a Camões parte da Câmara Municipal de Lisboa, que quanto a Vasco da Gama exigiu o empenhamento do governo, já que havia participação internacional em preparada homenagem náutica ao grande navegador.

Objetos de disputas ideológicas, no entanto os centenários ficaram a constituir marcos da vida pública de que ninguém se alheava, nem mesmo aqueles que eram contra as comemorações. E também não por acaso, o governo autoritário do

Estado Novo apropriou-se das celebrações, sobretudo a partir da decisão de comemorar o Duplo Centenário da Fundação e da Restauração, em 1940. Este ficou especialmente célebre com a exposição do Mundo Português e estendeu-se a todo o Portugal e às Colônias. Ao contrário do que se pretendia, não alcançou projeção internacional pela guerra que entretanto deflagrara. Mas foi momento de grande exaltação nacionalista. A ditadura ainda estava fresca e pujante. E António Ferro conseguiu a colaboração dos artistas plásticos no evento.

Outros centenários menores se assinalam, como o da descoberta da Guiné, em 1947, que desencadeou publicações de alta qualidade, visto que era governador da Guiné o comandante Sarmento Rodrigues, figura ímpar de oficial de marinha e intelectual: lembremos que então se iniciaram os investigadores Avelino Teixeira da Mota e António Carreira. Também Mousinho de Albuquerque foi festejado em 1955, em especial pela arma de Cavalaria. Mas todas as atenções se orientavam já para as comemorações do Quinto Centenário da morte do Infante D. Henrique.

Foi em 1960. Por mais que o governo se esforçasse por exaltar na figura do Infante o criador de uma política de colonização que já se encontrava ferida de morte, a comunidade científica não o entendeu de um modo assim tão restrito. E saíram os *Portugaliae Monumenta Cartographica*, de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, Damião Peres dirigiu a coleção Henriquina, os *monumenta Henricina* enriqueceram o nosso espólio documental, o Congresso Histórico então realizado trouxe não poucas novidades. Apesar da censura, o livro sobre *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos* de Vitorino Magalhães Godinho acabou por ser publicado. Pelos mesmos anos, e alimentados pela mesma curiosidade, saíram *Os Descobrimentos Portugueses* de Jaime Cortesão, que infelizmente não os completou, e a *História dos descobrimentos*, coletânea de esparsos de Duarte Leite.

Com o Estado Novo, as comemorações passam a ser governamentais, oficiais, sem a participação popular que tanto se quisera nas celebrações da Monarquia e da República democrática. O espetáculo agora era fornecido já pronto para ser admirado. Havia sessões solenes, muito solenes e muito espartilhadas, com muitas fardas e muitas condecorações, muita pompa e muita retórica. O grande aparato para apreciação das massas reservava-se para realizações de qualidade indiscutível, como a parada naval de agosto de 1960 em Sagres, uma das mais notáveis que alguma vez se concretizou. Mas em que havia apenas encenadores e público. Ao contrário dos cortejos alegóricos do centenário de Camões ou do centenário da Índia, que se quiseram populares, em que a população tomava parte ativa.

Passado o Estado Novo, foi com dificuldade que a II República retomou as comemorações. Basta lembrar que o quarto centenário da morte de Camões, em 1980 nem sequer foi assinalado. Mesmo a RTP, que tinha começado a preparar programas especiais, deixou ficar nas suas gavetas os roteiros que encomendara. Ao que parece, terá sido o próprio Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro que assim decidiu.

Foi só em 1986 que o governo de Cavaco Silva entendeu criar uma Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Livres do pesadelo da guerra colonial, havia que descomplexadamente retomar uma tradição indispensável para a busca e aprofundamento da identidade nacional. Percebia-se então que era imprescindível para todos nós, portugueses que os feitos do nosso passado fossem invocados, que sobre eles se refletisse, que houvesse um estímulo ao estudo e à divulgação do nosso património histórico, que se enriquecesse a pesquisa histórica. Não é impossível que a adesão à Comunidade Européia de 1985 tenha induzido esta viragem.

Todavia, a primeira forma da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses revelou-se insatisfatória. Talvez por intervenção discreta do Presidente da República Dr. Mário Soares, foi reformulada e entregue na parte executiva a Vasco Graça Moura e na parte científica ao Doutor Luís de Albuquerque. Só então, a partir de 1988, a CNCDP pôde avançar com realizações que me parece marcaram a investigação histórica no final do século. Exposições, apoio a edições, congressos, publicações das revistas *Oceanos* e *Mare Liberum* marcaram os centenários da viagem de Bartolomeu Dias em 1988, de Cristóvão Colombo em 1992, do tratado de Tordesilhas em 1994. Notável ação de que sobretudo aproveitaram alguns investigadores.

Em 1995 o comissário-geral passa a ser um historiador de ofício, o Doutor António Manuel Hespanha, que se empenhou fortemente na produção direta de edições – criando a coleção “Outras Margens” – e a feitura de CD-Roms. O centenário da Índia de 1998, todavia, resultou um tanto frustrante, pois o governo indiano deu sinais de um nacionalismo feroz, impossibilitando as realizações conjuntas que se programavam. Nem por isso Portugal deixou de assinalar esses Quinhentos anos, e lá está sobre o Tejo a ponte Vasco da Gama para o lembrar.

Seguia-se, na cronologia, o achamento do Brasil. Que se preparou com muito cuidado e se procurou que fosse realizado em conjunto pelos dois países. Para Portugal, celebrar o início de uma formação nacional como o

Brasil era à partida um risco. Porque não é agora que movimentos nacionalistas brasileiros tentam minimizar a participação portuguesa nessa invenção que é a do seu País. Desde a independência, em 1822, que surgiram movimentos nativistas procurando realçar o que imaginavam ser o autenticamente nacional, que não tivesse sido trazido pelos colonizadores. Procuravam discriminar-se as várias componentes da imensa mistura étnica, valorizando-as diferentemente. Muitas vezes suprimindo ou reinterpretando sem rigor histórico o passado. De tal modo fortes foram essas correntes que em 1900 praticamente nada foi feito para comemorar a chegada de Pedro Álvares Cabral a Porto Seguro.

Já no século XX o nacionalismo brasileiro desenvolveu-se bastante, conseguindo fundamentações literárias e plásticas de grande originalidade. Mas é também em 1922 que a visita do Presidente da República António José de Almeida e a publicação da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, dirigida por Carlos Malheiro Dias, começam a inflectir os modos de ver e a possibilidade de diferentes relações entre os dois países. Portugal e os portugueses deixavam de ser vistos apenas como os colonizadores sem escrúpulos, predadores das riquezas naturais brasileiras. Foi-se atenuando a divergência de pontos de vista e de parte a parte em geral se vai respeitando a individualidade nacional de cada povo.

Por isso foi possível nomear uma Comissão Bilateral Luso-Brasileira para em conjunto elaborar um programa comemorativo do Quinto Centenário. Serenamente, prepararam-se e executaram-se exposições, publicações, espetáculos, congressos. Com resultados que ainda estão bem à vista, pois que as publicações continuam.

Não foram poucas as tomadas de posições favoráveis às celebrações: muitos brasileiros perceberam que não estavam os portugueses saudosamente a recordar os tempos da colonização, que não era a relação de dependência política do passado distante que interessava como objeto de comemoração: o Brasil é uma invenção, uma construção em que Portugal teve um papel essencial. E é pensando no futuro de uma relação fundamental para nós Portugueses que devemos olhar para o Brasil, o grande, o imenso amigo Brasil. Foi o nosso propósito, que talvez ainda seja cedo para julgar se obteve o êxito que se pretendia.

Comemorações ainda estamos a realizar, agora assinalando a chegada dos portugueses à Terra Nova, à Terra Nova dos Bacalhaus como se lhe chamou no século XVI. Que ainda está em curso.

É difícil, de dentro, refletir sobre o efeito que se consegue obter com a nossa ação. Mas sem dúvida que se tem conseguido chamar a atenção para a história, que se desencadearam pesquisas que de outro modo dificilmente teriam lugar. Nunca em Portugal se terá falado tanto do Brasil como durante o ano de 2000. Efeito direto das comemorações, efeito indireto que a Comissão promoveu? O mesmo se está a conseguir pelo que toca ao Canadá. Não é nosso objetivo a exaltação nacionalista. Bem pelo contrário, o que importa é que os povos se conheçam e se respeitem. Que se estimem sem que se pretenda uma visão uniforme, que disfarce defeitos ou vícios. Que não se pretendam relações na aparência idílicas mas na realidade conflituais. Cada um com as suas qualidades, podemos e devemos juntar-nos para melhor nos entendermos. É um esforço de cidadania o que se exige.

Portugal, sem ambições territoriais, confinado a um espaço fronteiriço europeu, não pode esquecer que é pátria de Camões e que boa parte dos seus naturais se instalaram pelas sete partidas do Mundo. E que pela língua comum nos devemos sentir solidários, qualquer que seja a nossa origem e os nossos propósitos sociais e políticos. Será nossa a unidade possível na pluralidade que a vida impõe. Pluralidade que há que aprofundar para o progressivo enriquecimento cultural das comunidades a que pertencemos.

¹Discurso proferido no Real Gabinete Português de Leitura, na comemoração do “10 de Junho” de 2001.